



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS

ATA Nº 1 DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Ata da sessão extraordinária do Conselho Universitário realizada no dia 11 de março de 2025, às 14 horas, na Sala Professor Ayrton Roberto de Oliveira (Sala dos Conselhos), no Campus de Florianópolis, e em ambiente eletrônico, por intermédio de videoconferência.

1 Aos onze dias do mês de março do ano dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, reuniu-se o
2 Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina (CUn/UFSC), em caráter
3 extraordinário, conforme o Ofício Circular nº 1/2025/SODC/CUn, enviado para o correio
4 eletrônico das/dos conselheiras/conselheiros e posteriormente divulgado na página principal da
5 UFSC. A sessão ocorreu presencialmente, na Sala Professor Ayrton Roberto de Oliveira (Sala dos
6 Conselhos), no Campus de Florianópolis, e em ambiente eletrônico, por meio do *link*
7 <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/conselho-universitario-da-ufsc>, do serviço Conferência
8 Web da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). A sessão foi presidida pelo reitor da UFSC,
9 professor Irineu Manoel de Souza. A lista de presença correspondente encontra-se apartada a
10 este documento e foi encaminhada ao correio eletrônico das/dos conselheiras/conselheiros por
11 meio do *link* <https://u.ufsc.br/rBwN2lu>, tendo em vista que, conforme o disposto no art. 4º da
12 Resolução Normativa nº 166/2022/CUn, a presença das/dos conselheiras/conselheiros na sessão
13 deverá ser atestada por meio de assinatura digital no Sistema de Certificação Digital Assina UFSC.
14 Compareceram, conforme atesta a lista de frequência em apartado: Adriano Peres, Alex Degan,
15 Alexandre D'Ávila da Cunha, Alexandre Siminski, Allisson Jhonatan Gomes Castro, Antonio Carlos
16 Fiori Canevese, Arcangelo Loss, Bruno Guerizoli Macedo, Carlos Araujo Leonetti, Carlos Henrique
17 Rodrigues, Carolina Medeiros Bahia, Catia Regina Silva de Carvalho Pinto, Cesar Augusto
18 Magalhaes Benfatti, Cleunisse Aparecida Rauen de Luca Canto, Daniel Reschke Pires, Daniel
19 Ricardo Castelan, Debora de Oliveira, Diego Santos Greff, Dilceane Carraro, Edgar Bisset Alvarez,
20 Edevard Jose de Araujo, Fabricio de Souza Neves, Ghabriel de Oliveira Teixeira, Guilherme
21 Jurkevicz Delben, Guilherme Wagner, Hamilton de Godoy Wielewicki, Heloisa Teles, Isadora
22 Miranda Dymow, Jacques Mick, Jorge Cordeiro Balster, Lucio Sartori Farenzena, Lucas Ribeiro
23 Bonatto, Luiz Augusto dos Santos Madureira, Luiz Gustavo da Cunha de Souza, Luiza da Costa
24 Pereira, Mara Ambrosina de Oliveira Vargas, Marcia Helena Lenzi, Marlene Grade, Maria Del
25 Carmen Cortizo, Maria Denize Henrique Casagrande, Melissa Ely Melo, Melissa Negro Dellacqua,
26 Michel Angillo Saad, Olga Regina Zigelli Garcia, Patricia Klock, Paulo Henrique Borges, Raphael
27 Falcao da Hora, Renato Ramos Milis, Rodrigo Sudatti Delevatti, Rodrigo Weinhardt Borges, Rui
28 Daniel Schroder Prediger, Ruy Tadeu Mambrini Ribas, Sergio Peters, Silvia Lopes de Sena
29 Taglialhaena, Sofia Garcia Bastos e Silva, Suzani Maria da Fonseca Gervasio, Tadeu Lemos, Telles
30 Brunelli Lazzarin, Tiago Montagna, Ubirajara Franco Moreno, Vanessa de Oliveira, Veronica
31 Pereira Orlandi e Waldomiro Lourenco da Silva Junior. A transmissão da sessão ocorreu ao vivo

32 pelo canal do Conselho Universitário no YouTube, sob a incumbência da equipe da TV UFSC. O
33 presidente, após a constatação de quórum, com os cumprimentos de praxe, declarou aberta a
34 sessão. Ato contínuo, procedeu à leitura das justificativas das ausências das/dos seguintes
35 conselheiras/conselheiros: Rogério Christofoletti; Daniela Cristina de Toni; Tienko Vitor da Rocha;
36 Patrícia Freitas Schemes Assumpção e Joana Célia dos Passos. Em seguida foram apreciadas as
37 atas das sessões de 29 de outubro de 2024 (ordinária e especial); das sessões de 26 de novembro
38 de 2024 (ordinária e especial); bem como da sessão de 18 de dezembro de 2024 (ordinária). Foi
39 dispensada a leitura das atas, considerando-se que todos haviam tido conhecimento de seu
40 conteúdo pelo fato de elas terem sido encaminhadas por correio eletrônico com antecedência.
41 Submetidas à discussão e à votação, as atas foram aprovadas por unanimidade, sem ressalvas.
42 Ao ensejo, tomaram posse as/os seguintes conselheiras/conselheiros: Eduardo Brum de Matos
43 Rigoli Gonçalves e Lucas Ribeiro Bonatto, na condição de titular e de suplente, respectivamente;
44 Isadora Miranda Dymow e João Victor dos Santos Primo, na condição de titular e de suplente,
45 respectivamente; Luiza Costa Pereira e Antônio Carlos Fiori Canevese, na condição de titular e de
46 suplente, respectivamente; Suzani Maria da Fonseca Gervásio e Eliel Ukan Patte Camlem, na
47 condição de titular e de suplente, respectivamente; João Rio da Silva Pereira e Bruno Guerizoli
48 Macedo, na condição de titular e de suplente, respectivamente; e Sofia Garcia Bastos e Silva e
49 Mateus Pena Temer Martins Ribeiro, na condição de titular e de suplente, respectivamente.
50 Houve ainda pedido de participação na reunião dos membros do Grupo de Trabalho de alteração
51 da Resolução Normativa nº 34/CUn/2013 (Portaria nº 1458/2024/GR, de 18 de julho de 2024),
52 quais sejam: Professora Luana Renostro Heinen, representando a Secretaria de Aperfeiçoamento
53 Institucional (SEAI) e coordenando os trabalhos na qualidade de presidenta da comissão;
54 Professora Miriam Furtado Hartung, representando o Gabinete da Reitoria; Professora Leslie
55 Sedrez Chaves, representando a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade
56 (PROAFE); Professora Marilise Luiza Martins dos Reis Sayão, representando a Diretoria de Ações
57 Afirmativas/PROAFE; Professor Lindberg Nascimento Júnior, representando o Grupo de Trabalho
58 de Enfrentamento ao Racismo Institucional/UFSC; Professora Lia Vainer Schucman,
59 representando o Grupo de Trabalho de Enfrentamento ao Racismo Institucional/UFSC; Professor
60 Antônio Alberto Brunetta, representando a Pró-Reitoria de Graduação e Educação Básica
61 (PROGRAD); Guilherme Fortkamp da Silveira, Diretor do Departamento de Desenvolvimento de
62 Pessoas (DDP/PRODEGESP); e Mariana Fernandes Teixeira, representando o Departamento de
63 Desenvolvimento de Pessoas (DDP/PRODEGESP). Com a aquiescência do plenário, a solicitação
64 de participação foi aceita. Em seguida, passou-se à Ordem do Dia. **2.1. Processo nº**
65 **23080.056394/2022-27. Requerente: Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas**
66 **(PRODEGESP). Objeto: Apreciação do pedido de atualização da Resolução Normativa nº**
67 **34/CUn/2013, referente ao ingresso na carreira do magistério superior da UFSC. Relatoria:**
68 **Conselheira Carolina Medeiros Bahia.** Passou-se a palavra à relatora, a qual fez a leitura de seu
69 parecer, cujo voto segue transcrito a seguir: “Diante das considerações feitas, opino de maneira
70 favorável à aprovação do Modelo 2 apresentado pelo Grupo de Trabalho de alteração da
71 Resolução Normativa nº 34/CUn/2013, com as seguintes alterações: **1) revisão do critério de não**
72 **retorno das vagas não ocupadas para a ampla concorrência a cada dois concursos; 2) vagas**
73 **novas: não conseguem contratar substitutos. Sugestão de redação – art. 106-A, incluir o**
74 **seguinte parágrafo:** § 2º No prazo de 2 (dois) concursos sob a vigência da política prevista no
75 *caput*, a regra contida no art. 14, § 1º, poderá ser reavaliada, considerando a sua efetividade para
76 garantir o aumento na ocupação das vagas por docentes negros, indígenas e quilombolas assim
77 como as eventuais dificuldades encontradas pelos departamentos para a ocupação das vagas
78 reservadas. Art. 106-A. A política de ingresso pautada na pré-inscrição para definição das vagas
79 reservadas e na ausência de retorno da vaga reservada para pessoa negra, indígena e quilombola

80 para a ampla concorrência terá vigência até que seja atingido o mínimo de 30% (trinta por cento)
81 de docentes negros, indígenas e quilombolas no quadro do Magistério Superior da UFSC. § 1º No
82 prazo de 5 (cinco) concursos sob a vigência da política prevista no *caput*, poderá ser proposta a
83 revisão dessa política, tendo como fundamento o diagnóstico anual do quadro racial dos
84 docentes da UFSC e o monitoramento da política e tendo como objetivo definir a sua
85 continuidade e/ou aprimoramento para garantir maior efetividade à Lei de reserva de vagas nos
86 concursos públicos. § 2º No prazo de 2 (dois) concursos sob a vigência da política prevista no
87 *caput*, a regra contida no art. 14, § 1º, poderá ser reavaliada, considerando a sua efetividade para
88 garantir o aumento na ocupação das vagas por docentes negros, indígenas e quilombolas assim
89 como as eventuais dificuldades encontradas pelos departamentos para a ocupação das vagas
90 reservadas. § 3º O subgrupo para o monitoramento e avaliação da política de enfrentamento ao
91 racismo estabelecido no § 2º do artigo 22 da Resolução Normativa nº 175/2022/CUn será
92 responsável por produzir o diagnóstico anual do quadro racial dos docentes da UFSC e
93 encaminhar ao Gabinete da Reitoria para apresentação no Conselho Universitário. **Sugestão de**
94 **redação – art. 14, incluir o seguinte parágrafo:** § 2º A exceção ao previsto no § 1º são as vagas
95 novas, que não permitem a contratação de docentes substitutos, neste caso, quando não houver
96 pessoas autodeclaradas negras, indígenas e quilombolas aprovadas poderá ser nomeada pessoa
97 aprovada que não se enquadre na reserva. **Redação final do artigo completo:** Art. 14. Os
98 concursos reservarão 30% das vagas do magistério superior da UFSC para pessoas negras,
99 indígenas e quilombolas. § 1º A reserva prevista no *caput* implica que somente poderão se
100 inscrever para as vagas reservadas pessoas autodeclaradas negras, indígenas e quilombolas e que
101 se não houver aprovadas, o próximo concurso para a mesma vaga também será reservado a
102 pessoas negras, indígenas e quilombolas, até que 30% dos cargos do magistério superior da UFSC
103 sejam ocupados por pessoas negras, indígenas e quilombolas. § 2º A exceção ao previsto no § 1º
104 são as vagas novas, que não permitem a contratação de docentes substitutos, neste caso, quando
105 não houver pessoas autodeclaradas negras, indígenas e quilombolas aprovadas poderá ser
106 nomeada pessoa aprovada que não se enquadre na reserva. § 3º Atingido o mínimo de 30% de
107 docentes negros, indígenas e quilombolas, nos próximos concursos, na hipótese de número
108 insuficiente de pessoas negras, indígenas e quilombolas para ocupar as vagas reservadas, as vagas
109 remanescentes serão revertidas no mesmo certame para a ampla concorrência, de acordo com a
110 ordem de classificação. § 4º O subgrupo para o monitoramento e avaliação da política de
111 enfrentamento ao racismo estabelecido no § 2º do artigo 22 da Resolução Normativa nº
112 175/2022/CUn será responsável por produzir o diagnóstico anual do quadro racial dos docentes
113 da UFSC por departamento de ensino, e encaminhar para o Gabinete da Reitoria para
114 apresentação no Conselho Universitário. **3) que os departamentos possam indicar que a vaga**
115 **vai ser reservada – redação a ser incluída mais uma alínea no art. 14-A – sugestão:** b) não sendo
116 distribuídas todas as vagas pelo critério acima, as demais reservas serão alocadas para os
117 departamentos que solicitarem a reserva, o que deve ser feito no momento de definição de
118 solicitação do concurso à PRODEGESP; **Redação final:** Art. 14-A. A reserva de vagas para pessoas
119 negras, indígenas e quilombolas será estabelecida unicamente pelos critérios a seguir,
120 sucessivamente: a) as reservas serão alocadas para as vagas com maior número de pessoas
121 negras, indígenas e quilombolas pré-inscritas nos termos da Subseção IV; b) não sendo
122 distribuídas todas as vagas pelo critério acima, as demais reservas serão alocadas para os
123 departamentos que solicitarem a reserva, o que deve ser feito no momento de definição de
124 solicitação do concurso à PRODEGESP; c) não sendo distribuídas todas as vagas pelos critérios
125 acima, as demais reservas serão alocadas para os departamentos que ofereçam 2 (duas) ou mais
126 vagas; d) não sendo distribuídas todas as vagas pelos critérios acima, as demais reservas serão
127 alocadas aos departamentos com maior disparidade racial, conforme diagnosticado pelo

128 monitoramento da política de enfrentamento ao racismo estabelecido no § 2º do artigo 22 da
129 Resolução Normativa nº 175/2022/CUn. É o parecer. S.M.J.” Após a leitura do parecer, o
130 presidente retomou a palavra e parabenizou a relatora pelo excelente relato. Informou que a
131 comissão que havia trabalhado na minuta gostaria de fazer um relato para explicitar bem toda a
132 situação que originou o parecer da relatoria. Passou, então, a palavra para a professora Luana
133 Renostro Heinen e, logo após, ao professor Lindberg Nascimento Júnior, para uma explanação
134 sobre o assunto. A professora Luana Heinen explicou a experiência da Universidade Federal de
135 Pelotas, que havia solicitado parecer sobre a possibilidade de aumentar a reserva de vagas de
136 20% para 30%, visando suprir a defasagem histórica. Ela esclareceu que o entendimento jurídico,
137 tanto no parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) quanto em decisões do Tribunal Regional
138 Federal (TRF) da 4ª Região, era de que 20% era o mínimo legal. Nas palavras dela, assim seria
139 possível ampliar essa reserva na UFSC, como já havia ocorrido em outras universidades. Ela
140 destacou que o aumento para 30% já tinha respaldo jurídico e estava consolidado em outras
141 instituições, o que reduzia as chances de contestação legal. Declarou que a proposta de 100% de
142 reserva seria mais ousada e exigiria mais tempo para implementar, embora oferecesse uma
143 solução mais rápida em termos de inclusão. O conselheiro Hamilton Godoy iniciou sua fala
144 agradecendo pela contribuição da comissão ao debate, destacando que o parecer abordava
145 questões estruturantes para a Universidade e estava alinhado com a ideia de uma universidade
146 antirracista. Ele ressaltou que, para ser verdadeiramente antirracista, a Universidade não podia
147 apenas não ser racista, mas precisava adotar práticas ativas contra o racismo. Ele reconheceu
148 alguns avanços da Instituição, como a adoção de cotas nos programas de pós-graduação, mas
149 também observou que o processo histórico de opressão de séculos ainda precisava ser corrigido.
150 Em relação às propostas apresentadas, o conselheiro Hamilton elogiou a fala do professor
151 Lindberg Júnior, que, segundo ele, trouxe serenidade para a discussão, apontando que ambas as
152 propostas eram antirracistas em essência. Ele destacou que a proposta de 30% era mais factível
153 no curto prazo, do ponto de vista pragmático e legal. Ressaltou também que seu voto, como
154 diretor de unidade de ensino, seria orientado pelas discussões e pelos compromissos da sua
155 unidade, e que, após debate, a posição da sua unidade se alinhou com a proposta de maior
156 radicalidade. Ele reconheceu que, embora a proposta de 100% fosse vista como uma solução mais
157 rápida, ela enfrentava desafios práticos, como a questão das vagas novas e a falta de substitutos,
158 o que poderia gerar complicações no dia a dia da implementação. Para finalizar, ele agradeceu o
159 trabalho da comissão e da conselheira Carolina Medeiros, destacando que, apesar de ser a favor
160 de uma proposta mais radical, o mais sensato, naquele momento, seria acompanhar o parecer
161 da relatora, pois ambas as propostas tinham a mesma essência antirracista. O conselheiro Tiago
162 Montagna levantou dúvidas sobre o percentual de reserva de vagas, mencionando que o preceito
163 constitucional de autonomia universitária podia não ser suficiente para autorizar o Conselho
164 Universitário a alterar o percentual de reserva de vagas previsto no projeto de lei (PL) quase
165 aprovado. Ele destacou que, apesar disso, em seminário do ano anterior, haviam sido
166 apresentadas situações em que outras universidades estabeleceram percentuais de reserva
167 superiores a 30% (trinta por cento), sugerindo que já existia jurisprudência permitindo aquela
168 ampliação. Ele observou que seria possível discutir percentuais diferentes, com o objetivo de
169 alcançar a equidade mais rapidamente, em vez de esperar os 17 anos propostos. A relatora expôs
170 o posicionamento do professor João dos Passos, que havia alertado para a necessidade de
171 cumprir a legislação vigente sobre a reserva de vagas e ressaltado a importância de haver um
172 equilíbrio entre os aspectos éticos e pragmáticos da proposta. Ela também declarou sua
173 preocupação principal quanto ao primeiro modelo de reserva, de 100%, uma vez que, embora
174 ele fosse ideal, poderia implicar a judicialização do processo, o que poderia impedir a
175 implementação da proposta por anos. Ela mencionou a importância de garantir o pragmatismo

176 nas decisões, ou seja, buscar soluções que realmente pudessem ser implementadas sem riscos
177 de atrasos judiciais. A professora Luana Heinen explicou a experiência da Universidade Federal
178 de Pelotas, que solicitou parecer sobre a possibilidade de aumentar a reserva de vagas de 20%
179 para 30%, visando suprir a defasagem histórica. Ela esclareceu que o entendimento jurídico, tanto
180 no parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) quanto em decisões do TRF da 4ª Região, foi de
181 que 20% (vinte por cento) era o mínimo legal. Nas palavras dela, assim seria possível ampliar essa
182 reserva, como já havia ocorrido em outras universidades. Ela destacou que o aumento para 30%
183 já tinha respaldo jurídico e estava consolidado em outras instituições, o que reduzia as chances
184 de contestação legal. No entanto, para ela, a proposta de 100% de reserva seria mais ousada e
185 exigiria mais tempo para implementar, embora oferecesse uma solução mais rápida em termos
186 de inclusão. O conselheiro Hamilton Godoy iniciou sua fala agradecendo pela contribuição da
187 comissão ao debate, destacando que o parecer abordava questões estruturantes para a
188 Universidade e estava alinhado com a ideia de uma universidade antirracista. Ele ressaltou que,
189 para ser verdadeiramente antirracista, a universidade não podia apenas não ser racista, mas
190 precisava adotar práticas ativas contra o racismo. Ele reconheceu os avanços da instituição, como
191 a adoção de cotas nos programas de pós-graduação, mas também observou que o processo
192 histórico de opressão de séculos ainda precisava ser corrigido. Em relação às propostas
193 apresentadas, o conselheiro Hamilton Godoy elogiou a fala do professor Lindberg Júnior, que,
194 segundo ele, trouxe serenidade para a discussão, apontando que ambas as propostas eram
195 antirracistas em essência. No entanto, ele destacou que a proposta de 30% era mais factível no
196 curto prazo, do ponto de vista pragmático e legal. Ele também ressaltou que seu voto, como
197 diretor de unidade de ensino, seria orientado pelas discussões e pelos compromissos da sua
198 unidade, e informou que, após debate, a posição da sua unidade se alinhou com a proposta de
199 maior radicalidade. Ele reconheceu que, embora a proposta de 100% fosse vista como uma
200 solução mais rápida, ela enfrentava desafios práticos, como a questão das vagas novas e a falta
201 de substitutos, o que poderia gerar complicações no dia a dia da implementação. Para finalizar,
202 ele agradeceu o trabalho da comissão e da Conselheira Carolina Medeiros, destacando que,
203 apesar de ser a favor de uma proposta mais radical, o mais sensato, naquele momento, seria
204 acompanhar o parecer da relatora, pois ambas as propostas tinham a mesma essência
205 antirracista. A conselheira Isadora Dymow iniciou sua fala saudando os presentes, especialmente
206 os estudantes de Blumenau que estavam participando da sessão, e expressou seu apoio ao
207 trabalho da comissão, ressaltando a importância de discutir questões relacionadas ao racismo
208 institucional dentro do Conselho Universitário. Ela enfatizou que aqueles momentos de debate
209 eram fundamentais para a Universidade cumprir seu papel na sociedade, pois, muitas vezes, a
210 institucionalidade e a burocracia desviavam o foco das questões mais importantes. A conselheira
211 destacou que o racismo institucional entre professores e no campo docente não era novidade e
212 seguia sendo um grande problema. Ela citou como exemplo recente o vestibular da UFSC, no qual
213 apenas 22 cursos abriram vagas para estudantes oriundos de escola pública com renda de até um
214 salário mínimo e com enfoque em pretos, pardos e indígenas. Ela apontou que, mesmo quando
215 esses estudantes conseguiam ingressar na Universidade, ainda enfrentavam racismo
216 institucional, além de outras dificuldades, como a falta de infraestrutura, como a ausência de um
217 café da manhã no Restaurante Universitário. A conselheira Isadora Dymow destacou que a luta
218 contra o racismo na Universidade exigia um trabalho constante, com campanhas de
219 conscientização e a criação de uma cultura verdadeiramente antirracista. Ela também informou
220 que o DCE estava assumindo um compromisso de promover maior equidade dentro da
221 Universidade, e concluiu agradecendo pelo trabalho da comissão e reafirmando o compromisso
222 do DCE em continuar envolvido naquela luta, sem desistir até que a Universidade alcançasse os
223 frutos da transformação. O Conselheiro Raphael Falcão iniciou sua fala parabenizando a

224 Conselheira Carolina Medeiros pelo parecer e levantou uma dúvida sobre um ponto que não
225 havia sido comentado durante a reunião, a saber: a possibilidade, prevista na proposta original,
226 de permitir a exigência de titulação de mestre em concursos futuros, caso não haja inscritos com
227 título de doutor. Na oportunidade, ele questionou se aquele mecanismo havia sido mantido ou
228 alterado. A Conselheira Carolina Medeiros fez um aparte para enfatizar a importância da
229 composição das bancas de concurso, relatando a experiência compartilhada pela juíza Adriana
230 Melonio, do Conselho Nacional de Justiça, durante a I Semana da Diversidade do Centro de
231 Ciências Jurídicas. Segundo a conselheira, a ampliação da representatividade nos concursos da
232 Justiça do Trabalho foi alcançada, principalmente, por meio da reformulação do perfil das bancas
233 examinadoras. Ela expôs que bancas compostas exclusivamente por homens brancos cisgêneros
234 não garantiam a diversidade necessária na Universidade. Ela ressaltou ainda que, além da
235 existência da legislação, era fundamental haver vontade política concreta para que as políticas
236 afirmativas fossem, de fato, implementadas. Encerrou reforçando que a diversidade nas bancas
237 era um elemento essencial para transformar os processos seletivos institucionais. O conselheiro
238 Raphael Falcão, retomando a palavra, agradeceu a relatora pelo esclarecimento de uma dúvida e
239 reconheceu a qualidade dos dados apresentados pela comissão, classificando-os como
240 alarmantes. Ele também alertou para os riscos de interpretações que poderiam levar a acusações
241 generalizadas de práticas discriminatórias, especialmente quando os dados eram utilizados como
242 única base para tais conclusões. Ele mencionou a necessidade de cautela ao interpretar as
243 informações, citando como exemplo a experiência do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas
244 (CFM), onde, em diversos concursos voltados para as ações afirmativas, não houve sequer
245 candidatos inscritos. Em face a isso, ele ponderou que, em situações assim, era difícil afirmar a
246 existência de práticas discriminatórias. Para finalizar, reforçou a importância de considerar o
247 contexto específico de cada caso ao analisar os dados. A Conselheira Carolina Medeiros fez um
248 aparte para dizer que o grande desafio da proposta apresentada pela comissão era a gestão do
249 “tempo de espera”, ou seja, do período necessário até que os estudantes cotistas formados,
250 mestres e doutores pela própria Universidade, pudessem acessar as vagas docentes. Para ela,
251 tratava-se de administrar aquele *delay* até o momento em que as políticas afirmativas se
252 encontrassem de fato com seus resultados. Ela reforçou que seria primordial o compromisso
253 efetivo, real e individual de cada pessoa na instituição. Ela citou ainda o rompimento com o “pacto
254 da branquitude”, tão falado pela professora Lia Schucman, como um passo essencial que
255 precisava se consolidar na cultura da Universidade. A professora Lia Schucman pediu para falar e
256 destacou que práticas discriminatórias muitas vezes operavam de forma indireta e
257 institucionalizada, especialmente em concursos públicos. Ela criticou a forma como tais processos
258 eram divulgados e estruturados, favorecendo candidatos brancos e próximos à instituição.
259 Exemplificou isso com a ausência de bibliografias específicas, o predomínio de bolsas de iniciação
260 científica para alunos brancos e a exigência de longas estadias para participação nos concursos,
261 o que dificultava a participação de candidatos negros. Também apontou a subjetividade nas
262 etapas finais dos concursos como fator de exclusão. Por fim concluiu que, sem ações afirmativas,
263 a Universidade tendia a reproduzir as desigualdades raciais da sociedade, e defendeu um papel
264 ativo da instituição na transformação social. A Conselheira Suzani Gervásio iniciou sua fala
265 destacando a importância de refletir sobre a baixa participação de indígenas nos concursos
266 públicos, mencionando que a raiz do problema estava na dificuldade de acesso e permanência
267 nos níveis anteriores de ensino: graduação, mestrado e doutorado. Segundo ela, naquele
268 momento a Universidade contava com apenas dois professores indígenas efetivos, ambos do
269 Departamento de Antropologia. A conselheira Suzani Gervásio, aproveitando a presença da pró-
270 reitora de Ações Afirmativas e Equidade, professora Leslie Sedrez Chaves, fez uma reclamação
271 referente às bancas de validação de pertencimento étnico. De acordo com ela, após mudanças

272 na organização da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade (PROAFE), estudantes indígenas
273 vinham enfrentando dificuldades para terem seus documentos validados, mesmo seguindo os
274 critérios estabelecidos. Ela mencionou como exemplo um caso recente de uma estudante do
275 povo Baré, do Amazonas, cuja documentação foi indeferida por não conter assinatura de um
276 cacique, desconsiderando a estrutura organizacional específica daquele povo, que era
277 representado por associações. A Conselheira Suzani Gervásio apontou que aquele tipo de
278 exigência revelava desconhecimento, insensibilidade e desrespeito à diversidade dos povos
279 indígenas, configurando uma forma de racismo institucional. Ela destacou que a Universidade
280 precisava reconhecer as especificidades e tratar a questão com seriedade. Para finalizar, ela
281 comunicou que um documento formal com aquela denúncia seria encaminhado, embora
282 também considerasse importante o seu registro verbal. A professora Luana Heinen iniciou sua
283 fala agradecendo o relato da estudante Suzani Gervásio e reconheceu sua constante participação
284 nos processos institucionais. Ela também reiterou o compromisso da Universidade em avaliar
285 permanentemente os processos de validação, incluindo a análise cuidadosa de cada denúncia
286 recebida. Ela mencionou que havia sempre a busca por garantir a participação de estudantes
287 indígenas e de suas lideranças nos processos avaliativos. Acrescentou ainda que recentemente
288 havia sido constituída uma comissão, coordenada pela professora Leslie Sedrez, com o objetivo
289 de elaborar uma normativa que regulamentasse a apuração e a responsabilização em casos de
290 fraudes no sistema de cotas. Ela expôs que, no período em que não havia banca de
291 heteroidentificação, houve um número significativo de denúncias na instituição, e que seria
292 necessário estabelecer um rito mais claro para a apuração daqueles casos, o que estaria em
293 andamento. O conselheiro Jacques Mick iniciou sua fala desejando um excelente semestre a
294 todas e todos e expressando votos de pronta recuperação à vice-reitora, professora Joana Célia
295 Passos, afastada por motivos de saúde. Ele também parabenizou a comissão pelo trabalho
296 realizado e pela generosidade política ao encaminhar as dúvidas à relatora, destacando o respeito
297 ao caráter democrático da instituição. Ele também cumprimentou a conselheira Carolina
298 Medeiros pelo relatório preciso e corajoso, elogiando especialmente o fato de terem nomeado o
299 problema como racismo institucional. Ele destacou ainda que a resolução normativa
300 representava uma virada de chave para a Universidade, que por anos ignorou o problema. Disse
301 que, para ele, o reconhecimento do erro era o primeiro passo para a mudança, e que aquela
302 resolução deveria marcar o início de um compromisso real com a construção de uma sociedade
303 mais igualitária. O conselheiro Jacques Mick enfatizou ainda que o conceito de racismo
304 institucional exigia responsabilidade coletiva e individual, e que a aprovação da resolução
305 normativa era um chamado para que cada conselheiro e conselheira, bem como cada membro
306 da comunidade universitária, assumisse sua parte no enfrentamento do problema. Para finalizar,
307 ele expressou seu desejo pela aprovação da proposta e agradeceu novamente à conselheira
308 Carolina pelo trabalho realizado. O conselheiro Ubirajara Moreno iniciou elogiando o relato da
309 conselheira Carolina Medeiros, destacando que, apesar da complexidade do processo, o relato
310 havia sido claro e facilitado em muito a discussão. Ele também trouxe duas reflexões além do
311 escopo da resolução analisada. A primeira foi sobre as etapas dos concursos públicos, em que
312 observou que o principal ponto de vulnerabilidade era a prova do memorial, que permitia maior
313 subjetividade e podia comprometer a equidade no processo seletivo. Ele ressaltou que, mesmo
314 com mudanças na seleção de vagas, se tal etapa não fosse revista, práticas excludentes poderiam
315 se repetir. Já a segunda reflexão tratou da baixa presença de grupos minoritários na pós-
316 graduação, especialmente no Centro Tecnológico (CTC). Segundo ele, a falta de condições
317 financeiras tornava inviável para muitos estudantes, principalmente aqueles em situação de
318 vulnerabilidade, permanecer na pós-graduação, o que, na visão dele, podia comprometer a
319 formação de futuros docentes. Para finalizar, ele defendeu que, sem políticas de permanência

320 mais robustas, a mudança desejada no perfil do corpo docente seria difícil de alcançar. Após isso
321 houve ainda longo debate sobre o tema, de que participaram Tiago Montagna, Luana Heinen,
322 Hamilton Godoy, Carolina Medeiros, Isadora Miranda, Raphael da Hora, Lia Vainer Schucman,
323 Suzani Gervásio, Leslie Sedrez Chaves, Luana Heinen, Jacques Mick e Ubirajara Moreno. As
324 manifestações acerca desse assunto podem ser consultadas em sua integralidade por meio da
325 gravação disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=nzzAPsN2Gi0>. Dando continuidade,
326 o presidente submeteu o parecer exarado pela conselheira Carolina Medeiros Bahia à votação, o
327 qual foi aprovado por maioria de votos, com dois votos contrários. Antes de o Conselho
328 prosseguir com a apreciação do ponto 2.2, a professora Andréa C. Trierweiller, Secretária de
329 Planejamento e Orçamento, foi convidada a fazer uma apresentação acerca do orçamento da
330 UFSC. Inicialmente, a Secretária de Planejamento e Orçamento apresentou uma tabela com
331 compromissos da UFSC de 2024 trazidos para 2025, com valores de despesas ocorridas no ano
332 de 2024 que, segundo ela, seriam honradas em 2025, devido à insuficiência de créditos
333 orçamentários em 2024. Relatou que entre as principais despesas, denominadas de “déficit”,
334 estavam: a) a vigilância humana, referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de
335 2024, totalizando R\$ 3.764.280,57; b) limpeza, de novembro e dezembro de 2024, no valor de
336 R\$ 3.457.429,82; c) consumo de energia elétrica fornecida pela Centrais Elétricas de Santa
337 Catarina (CELESC), de maio a setembro de 2024, havendo saldo de empenho de cerca de R\$ 2,9
338 milhões, com total de déficit de R\$ 15.182.931,64. Informou que havia ainda recursos negociados
339 com as unidades de ensino, o que a SEPLAN denominava de “dívida”, e que a gestão havia se
340 comprometido a repassá-los em 2025: COREME – arrecadação da Residência Médica no valor de
341 R\$ 542.500,00; CDS – R\$ 200.000,00, entre outros, totalizando R\$ 2.230.653,97. Isso posto,
342 observou que o total geral de déficit e de dívida era de R\$ 17.413.585,61. Em outra tabela,
343 mostrou o provisionamento de créditos orçamentários com o duodécimo dos meses de janeiro,
344 fevereiro e março de 2025, providos pelo MEC, para honrar algumas das despesas de exercício
345 anterior (DEA 2024), entre elas: a) vigilância humana, R\$ 2.531.337,74, com previsão de R\$
346 1.265.668,87 para o duodécimo de março; b) limpeza, R\$ 3.331.725,28; e c) CELESC, R\$
347 2.062.530,97. Informou que o total de provisionamento de recursos (alocação) em janeiro de
348 2025 foi de R\$ 2.397.841,58; em fevereiro de 2025 foi de R\$ 7.970.185,97; e que, para março,
349 que ainda não havia empenho (previsão), era de R\$ 2.558.006,31. Na sequência, foram
350 apresentadas tabelas com o provisionamento de recursos alocados em unidades da UFSC,
351 referentes aos duodécimos recebidos do MEC, de janeiro, fevereiro e março de 2025, incluindo
352 a PROAD, responsável por empenhar recursos de alguns contratos da UFSC, como os de mão de
353 obra exclusiva, com previsão de alocação (sem recursos) no valor de R\$ 7.553.459,22, tendo sido
354 alocados recursos de R\$ 2.248.602,01 com duodécimo de janeiro. Foram também apresentadas
355 tabelas sobre unidades como IU/PROAD, CGA, SeTIC, CCA, SSI, bem como sobre os contratos
356 por *campus* na UFSC (Araranguá, Blumenau, Curitibanos e Joinville). Ela destacou que o
357 duodécimo dos centros de ensino foi liberado, totalizando R\$ 325.875,03, e, na penúltima tabela,
358 apresentou as despesas extras da UFSC, que estavam fora da matriz orçamentária, como a taxa
359 de coleta de resíduos sólidos e alvarás, no total de R\$ 886.482,64. Por fim, apresentou os recursos
360 alocados pela UFSC em janeiro, fevereiro e março de 2025, totalizando R\$ 43.434.254,35, tendo
361 sido recebidos do MEC R\$ 31.011.969,00, em total de duodécimos pela UFSC, o que significava
362 um déficit para o primeiro trimestre de 2025 de R\$ 12.422.285,35. Antes da segunda parte da
363 apresentação, o presidente retomou a palavra para dizer que, naquela segunda parte, o foco
364 seria a avaliação dos contratos da UFSC, com o objetivo de identificar áreas em que era possível
365 economizar e aprimorar a gestão interna, haja vista que aquele movimento visava não apenas
366 melhorar a administração interna, mas também fortalecer a posição da Universidade para
367 pressionar o governo federal em relação à liberação de mais recursos. Ele destacou também dois

368 movimentos principais, a saber: um interno, que envolvia a revisão e o aprimoramento dos
369 contratos da UFSC, e outro externo, que buscava um apoio mais forte por meio de organizações
370 como a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
371 (ANDIFES) e outras entidades, além de parcerias com o Ministério da Educação, o Ministério do
372 Planejamento e Orçamento e o Congresso Nacional. O presidente fez, então, um breve relato de
373 uma reunião recente com o Ministro da Educação, Camilo Santana, em que dois pontos principais
374 foram discutidos, quais sejam: a carreira dos docentes e dos servidores técnico-administrativos
375 em educação e o contingenciamento orçamentário. Quanto ao primeiro ponto, informou que o
376 ministro havia destacado que uma medida provisória que impactava a carreira dos servidores,
377 abordando questões como vagas e cargos de direção, seria discutida com a ANDIFES antes de sua
378 implementação. Quanto ao segundo ponto, segundo o presidente, o ministro havia assegurado
379 que, embora houvesse bloqueios no orçamento federal após a aprovação da Lei Orçamentária
380 Anual (LOA), as universidades não seriam afetadas por cortes. Informou ainda que, no entanto, o
381 ministro não havia indicado a possibilidade de uma suplementação orçamentária, essencial para
382 que as universidades conseguissem cobrir seus gastos até o final do ano. Segundo o presidente,
383 em face dessa situação, para garantir os recursos necessários, seria imprescindível uma pressão
384 significativa por parte de toda a sociedade, incluindo a ANDIFES, sindicatos e parlamentares. O
385 presidente finalizou sua fala dizendo que a situação orçamentária era considerada crítica, haja
386 vista que a universidade necessitava de cerca de R\$ 35 milhões para equilibrar seu orçamento até
387 o final de 2025. Ressaltou que um esforço coletivo seria necessário a fim de que o governo federal
388 liberasse recursos e assegurasse o funcionamento adequado das universidades. Em seguida, o
389 presidente retomou a discussão interrompida, informando que a segunda parte trataria da
390 avaliação que estava sendo realizada em todos os contratos da Universidade. Pediu para que o
391 servidor Luiz Victor Pittella Siqueira, Superintendente de Orçamento, fizesse uma exposição mais
392 rápida dessa parte. Antes de passar a palavra, o presidente fez uma breve exposição sobre a
393 situação orçamentária da Universidade, destacando dois eixos de atuação. O primeiro seria
394 interno, com foco no aprimoramento da gestão e na revisão de contratos, visando identificar
395 economias e garantir maior eficiência. O segundo seria externo, com a necessidade de
396 articulação política junto à Andifes, ao Ministério da Educação, ao Ministério do Planejamento e
397 ao Congresso Nacional, com vistas à uma suplementação orçamentária por parte do Governo
398 Federal. Ele relatou ainda que em reunião recente com o Ministro da Educação, Camilo Santana,
399 foi dito que não haveria cortes nem contingenciamentos no orçamento das universidades após
400 a aprovação da LOA. Continuou dizendo que, no entanto, o Ministro havia deixado claro que o
401 Governo realizaria bloqueios em outras áreas e não haveria, até o momento, previsão de
402 suplementação orçamentária — embora ela seja essencial, pois segundo ele, a universidade
403 necessita de aproximadamente R\$ 35 milhões para fechar o ano. Ele finalizou a sua fala
404 defendendo uma mobilização nacional envolvendo universidades, sindicatos e parlamentares
405 para garantir os recursos necessários. A segunda parte da apresentação sobre o orçamento
406 consta do vídeo da sessão e pode ser acessada por meio do *link*
407 <https://www.youtube.com/watch?v=5PWXgKXO3C8&t=5472s>. **2.2. Moção acerca da situação**
408 **orçamentária das universidades federais e da UFSC.** Relatoria: Conselheiro Edgar Bisset Alvarez.
409 Com a palavra, o conselheiro Edgar Alvarez fez a leitura de proposta de moção acerca da situação
410 orçamentária das universidades federais e da UFSC, transcrita a seguir: “As instituições federais
411 de ensino superior (IFES) têm vivenciado momentos difíceis no que se refere à falta de orçamento
412 necessário e suficiente para o cumprimento de suas respectivas missões institucionais. É urgente
413 e inadiável a efetiva recomposição orçamentária, sob o risco de que as IFES interrompam as suas
414 atividades de ensino, pesquisa e extensão a partir do próximo semestre letivo do corrente ano.
415 Segundo projeções da Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN), a UFSC, em particular,

416 não terá recursos suficientes para a continuidade de suas atividades acadêmicas e administrativas
417 a partir do mês de outubro de 2025. Cabe enaltecer o fato de que a educação superior é o nível
418 responsável pela formação dos demais níveis de ensino, pela geração de novos conhecimentos e
419 pela formação de grande parte dos quadros de recursos humanos do país. Nunca é tarde lembrar
420 que o retrato das IFES mudou, pois mais de 50% dos seus estudantes são egressos de escola
421 pública e que, ao contrário do que pregam alguns críticos (que desconhecem o que uma
422 universidade ou um instituto federal propicia), as IFES constituem parte da solução – e não dos
423 problemas – do nosso país. Tais instituições são um patrimônio nacional fundamental,
424 responsáveis pela produção de conhecimento científico, formação de profissionais e
425 desenvolvimento de tecnologias que fortalecem a soberania nacional e promovem um futuro
426 inclusivo. Diante desse cenário, o Conselho Universitário, reunido em março de 2025, manifesta-
427 se publicamente pela ampliação de recursos para a educação e apela à Associação Nacional dos
428 Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) para que sensibilize o
429 Ministério da Educação acerca da necessidade urgente de suplementação de recursos para as
430 IFES. É fundamental que essa entidade mobilize esforços junto ao governo – e também junto ao
431 parlamento –, para que se evite a suspensão das atividades acadêmicas e administrativas antes
432 do final do exercício de 2025. Nesse contexto, este Conselho também propõe o encaminhamento
433 desta moção a entidades como o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação
434 Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), o Conselho Nacional de Secretários de Educação
435 (CONSED), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), a Sociedade
436 Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Academia Brasileira de Ciências (ABC), a
437 Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), o Sindicato Nacional dos
438 Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), a Federação de Sindicatos de
439 Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação (FASUBRA), a Federação de Sindicatos de
440 Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico
441 e Tecnológico (PROIFES-Federação), entre outras, reforçando a necessidade de um
442 posicionamento firme contra os cortes e contra qualquer tentativa de desvinculação
443 constitucional dos recursos para a educação”. Após a leitura da moção pelo relator, o presidente
444 abriu espaço para debate. Os conselheiros Renato Milis, Sofia Garcia, Carolina Medeiros, Jorge
445 Balster e Lucas Brum se manifestaram. O conselheiro Renato Milis destacou a urgência da moção
446 apresentada, relacionada à recomposição orçamentária da Universidade, um ponto central da
447 greve de 2024. Ele criticou o não cumprimento do acordo de greve, especialmente no que se
448 referia ao reajuste salarial e às mudanças nas carreiras dos servidores. O conselheiro Renato
449 ressaltou que os servidores TAEs não haviam recebido reajuste por anos, e quando finalmente
450 obtiveram um, ele foi adiado e não refletiu a inflação real, que, segundo ele, foi de 50% nos
451 alimentos entre 2020 e 2025. Ele também criticou a justificativa de que a Universidade estaria
452 “refém do Congresso”, lembrando que, no final do ano anterior, o governo havia usado
453 mecanismos semelhantes para pressionar o Congresso e cortar recursos, inclusive do Ministério
454 da Educação, e ainda assim não cumpriu os acordos. O conselheiro também enfatizou a grave
455 situação econômica com a inflação em Santa Catarina, especialmente na cidade de Florianópolis,
456 afetando diretamente os trabalhadores da Universidade. Ele alertou para a falta de recursos para
457 a expansão da Universidade, uma situação que já havia sido prevista em 2007 e que persistia até
458 aquela data. Renato também apontou que, diante da falta de recursos, a Universidade estava
459 considerando demissões, incluindo a possibilidade de fechar o Restaurante Universitário ou
460 demitir 40 trabalhadores. Finalizando a sua fala, ele pediu que, após a aprovação, a moção fosse
461 amplamente divulgada, inclusive à imprensa, para que a situação da Universidade fosse discutida
462 em todos os níveis da sociedade. Também solicitou que as apresentações acerca do orçamento
463 feitas durante a reunião fossem enviadas a todos os membros do Conselho, pois muitos não

464 haviam tido acesso àquelas informações antes da sessão e precisavam estudá-las com mais
465 atenção. A conselheira Sofia Garcia começou sua fala alinhando-se com as discussões anteriores
466 sobre a necessidade de maior transparência e diálogo, destacando a importância de tratar
467 conjuntamente a pauta orçamentária da Universidade, a auditoria da dívida pública e a defesa
468 dos estudantes. Ela sublinhou que tais questões precisavam ser abordadas com mais
469 envolvimento e clareza, garantindo que todos tivessem acesso às informações necessárias. Ela
470 também mencionou a falta de comunicação sobre as decisões orçamentárias, o que vinha
471 gerando desinformação e revolta entre os estudantes, que muitas vezes não eram devidamente
472 informados sobre o tema. Sofia sugeriu que, além das discussões sobre demissões e cortes, a
473 Universidade deveria explorar soluções criativas e inovadoras, como o uso de fontes de energia
474 renovável, especialmente a energia fotovoltaica, que já era utilizada no *campus*. Ela questionou
475 como a Universidade poderia criar soluções para seus problemas financeiros por meio da
476 inovação e colaboração entre estudantes e cientistas, utilizando recursos existentes como os
477 painéis solares e as pesquisas sobre o reaproveitamento da água. Para finalizar, ela agradeceu a
478 oportunidade de fazer sua reflexão sobre aqueles pontos, destacando a importância de buscar
479 alternativas para superar as dificuldades financeiras de maneira criativa e sustentável. A
480 conselheira Carolina Bahia iniciou sua fala alinhando-se com as falas do conselheiro Renato e da
481 conselheira Sofia. Ela concordou com a análise do reitor e destacou que o grande desafio
482 enfrentado pela Universidade era de caráter político. A conselheira Carolina enfatizou que,
483 embora as discussões internas na Universidade fossem importantes, o embate central era político
484 e, por isso, a luta devia ser direcionada para aquele campo. A Conselheira Carolina manifestou
485 seu apoio à aprovação da moção, destacando a importância de sua ampla divulgação e seu
486 encaminhamento à imprensa. Ela também ressaltou um ponto levantado por Sofia sobre a falta
487 de compreensão, por parte da comunidade universitária, das reais dimensões das dificuldades
488 financeiras da Universidade. Disse que era urgente que se promovessem audiências públicas para
489 envolver a comunidade de forma mais efetiva, como já havia sido feito em momentos cruciais,
490 como no caso do programa Future-se. Por fim, Carolina sugeriu que, dada a gravidade da situação,
491 a Universidade promovesse aquelas audiências públicas, com um chamamento amplo para a
492 comunidade, a fim de garantir mais transparência, engajamento e mobilização diante do cenário
493 atual. O conselheiro Jorge Balster abordou a difícil situação dos TAEs da Universidade, que
494 enfrentavam salários defasados e dificuldades financeiras, como a perda de benefícios como
495 plano de saúde e seguro de carro, pois dependiam exclusivamente de seu salário mensal. O
496 conselheiro Jorge também expôs uma crítica à ideia de parcerias público-privadas e defendeu a
497 manutenção do modelo público, alertando que, caso isso não fosse feito, as universidades
498 poderiam ser direcionadas para um modelo ultraliberal, com graves consequências. Ele lamentou
499 a falta de união interna na Universidade para enfrentar aqueles desafios, criticando o
500 individualismo que prevalecia e ressaltando a necessidade de uma revolução política dentro da
501 Instituição. O conselheiro também destacou que, para garantir o financiamento da Universidade,
502 era necessário adotar uma postura mais firme nas exigências ao governo, e sugeriu que os
503 reitores fossem mais firmes nas negociações. Finalizando, afirmou que, embora fosse a favor da
504 moção em questão, o documento não era suficiente, sendo necessária mais mobilização e ação
505 para assegurar o futuro da universidade pública. O conselheiro Lucas Brum fez uma breve
506 colocação, mencionando a necessidade de uma nova reunião para discutir a questão do repasse
507 financeiro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que ainda não havia sido realizado.
508 Ele sugeriu que fosse feita uma cobrança e que a resposta sobre a situação fosse disponibilizada
509 publicamente, para que fosse possível fazer seu acompanhamento e cobrá-la adequadamente.
510 Em seguida, a moção lida pelo conselheiro Edgar Bisset foi colocada em votação, sendo aprovada
511 por unanimidade. Houve também a participação de estudantes do Campus de Blumenau que se

512 manifestaram sobre as dificuldades enfrentadas devido à falta de recursos, principalmente para
513 a infraestrutura e as condições de estudo no *campus*. A representante acadêmica Vitória fez uma
514 fala em que detalhou a falta de salas adequadas, problemas com a moradia, com transporte e até
515 com questões alimentares. Ela expressou o sentimento de exclusão dos alunos do Campus de
516 Blumenau, enfatizando que a falta de estrutura e de apoio comprometiam a função social da
517 Universidade e o bem-estar dos estudantes, especialmente aqueles que dependiam de ações
518 afirmativas. O conselheiro Ubirajara Moreno disse compreender a gravidade da situação e
519 reconheceu que, muitas vezes, as resoluções aprovadas nas reuniões do CUn não se traduziam
520 em ações concretas para resolver os problemas reais enfrentados pela comunidade acadêmica.
521 Dado o adiantado da hora, a apreciação dos demais processos em pauta foi adiada. **2.3. Processo**
522 **nº 23080.066375/2024-71; 2.4. Processo nº 23080.059708/2024-13; 2.5. Processo nº**
523 **23080.006724/2025-86; 2.6. Processo nº 23080.046929/2024-13; 2.7. Processo nº**
524 **23080.043272/2024-32; 2.8. Processo nº 23080.069302/2024-31; 2.9. Processo nº**
525 **23080.069317/2024-07; 2.10. Processo nº 23080.006245/2025-60; 2.11. Processo nº**
526 **23080.006249/2025-48; 2.12. Processo nº 23080.002311/2025-22; e 2.13. Processo nº**
527 **23080.000543/2025-46.** O presidente disse que convocaria uma nova reunião para a próxima
528 terça-feira, dia 18 de março de 2025, às 14 horas, com o objetivo de continuar a discussão da
529 pauta. Por oportuno, ele agradeceu todos pela participação e declarou a sessão encerrada, da
530 qual lavrou-se a presente ata, que, quando aprovada, será assinada pelo presidente e pelas/os
531 demais conselheiras/os. Registre-se que a sessão foi transmitida via *web* e que sua gravação,
532 contendo as manifestações das conselheiras e dos conselheiros, poderá ser consultada pelo canal
533 do Conselho Universitário da UFSC na plataforma YouTube por meio do *link*
534 <https://www.youtube.com/watch?v=nzzAPsN2Gi0>. Florianópolis, 11 de março de 2025.

Lista de assinaturas de aprovação da Ata da Sessão Extraordinária do Conselho Universitário da UFSC realizada no dia 11 de março de 2025, às 14 horas.

Lista de assinaturas de aprovação da Ata da Sessão Ordinária do Conselho Universitário da UFSC realizada no dia 29 de outubro de 2024, às 14 horas.

Lista de assinaturas de aprovação da Ata da Sessão Ordinária do Conselho Universitário da UFSC realizada no dia 29 de outubro de 2024, às 14 horas.

Lista de assinaturas de aprovação da Ata da Sessão Ordinária do Conselho Universitário da UFSC realizada no dia 29 de outubro de 2024, às 14 horas.